

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros

CNPJ 01.396.770/0001-68



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas
Em cumprimento aos dispositivos legais vigentes, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da Administração, as demonstrações financeiras da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros ("MAPFRE RE" ou "Resseguradora"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em comparabilidade com o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP, em consonância com as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).
O exercício de 2019 foi impactado com inúmeros desafios nos cenários econômicos e políticos, e um mercado de resseguro cada vez mais competitivo aqui no Brasil. Apesar de todos os desafios e dificuldades apresentadas neste ano desafiador, a MAPFRE RE, obteve, em 31 de dezembro de 2019, um lucro líquido depois de impostos de R\$ 11.589 milhões. O resultado obtido é fruto de uma prudente política de subscrição combinada com uma equipe com um profundo conhecimento técnico, totalmente focado para a estratégia da Resseguradora e a inovação nos serviços utilizando os mais avançados recursos tecnológicos.
Com uma atuação pautada na solvência, a MAPFRE RE, emitiu no período prêmios líquidos de comissão o montante de R\$ 259.177 milhões, com um relevante crescimento de 41% em comparação ao ano anterior, demonstrando o empenho e a confiança da Companhia no mercado brasileiro e o excelente trabalho realizado pelos colaboradores que contribuíram por esta conquista num mercado extremamente

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Ativo			
Circulante		665.195	590.461
Disponível		31.579	17.638
Caixa e bancos	4	31.579	17.638
Equivalentes de caixa	4	467	291
Aplicações		5.395.682	363.818
Créditos das operações com resseguros e retrocessão		61.155.550	139.510
Operações com seguradoras	6a1	114.345	113.562
Operações com resseguradoras	6a1	41.205	25.949
Ativos de resseguros e retrocessão - provisões técnicas		15.587.762	15.515.959
Títulos e créditos a receber		23.146	17.636
Títulos e créditos a receber	5	5	5
Créditos tributários e previdenciários	7	23.003	17.524
Outros créditos		138	107
Despesas antecipadas		9	9
Não circulante		265.511	259.890
Realizável a longo prazo		261.157	255.426
Aplicações	5	29.642	28.781
Ativos de resseguros e retrocessão - provisões técnicas		15.231.515	226.645
Imobilizado	8	4.354	4.463
Imóveis de uso próprio		3.816	3.877
Bens móveis		538	586
Intangível		-	1
Outros intangíveis		-	1
Total do ativo		930.706	850.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

competitivo. Os prêmios de retrocessão líquidos de comissão alcançaram um incremento de 112% em relação ao mesmo período do ano anterior devido a renegociação dos contratos de retrocessão. O índice de sinistralidade do aceto ficou em 97% que combinado com o resultado de retrocessão apresentaram um índice de 90% do prêmio ganho, permanecendo no mesmo patamar em comparação ao exercício anterior. No decorrer deste ano, ocorreram alguns sinistros relevantes na carteira da Resseguradora que não causaram impactos financeiros significativos devido a eficiente política de retrocessão adotada pela Companhia.
As despesas com corretagem atingiram 3% dos Prêmios Ganhos, permanecendo no mesmo patamar em relação ao mesmo período do exercício anterior.
As despesas administrativas representaram 4% dos Prêmios Ganhos, permanecendo no mesmo patamar em relação ao exercício anterior.
Os investimentos da Resseguradora representam um montante de R\$ 425.324 milhões, com um incremento de 8% em comparação ao exercício anterior, demonstrando a solidez e liquidez da Companhia. A Resseguradora remunerou o capital investido pelos acionistas no montante de R\$ 11.747, utilizando a política de Juros sobre Capital Próprio, os quais são computados no cálculo dos dividendos obrigatórios previstos no Estatuto Social da Companhia o que demonstra mais uma vez, o compromisso da Companhia de remunerar os acionistas.
Como pode ser verificado pelos números apresentados, a MAPFRE RE segue com solidez financeira e liquidez para honrar os seus compromissos.
Atendendo ao disposto na Circular SUSEP nº 517/15, e posteriores alterações, com base nos dados obtidos

em modelos estatísticos, atuariais e financeiros, a MAPFRE RE do Brasil declara ter capacidade financeira de manter até o vencimento os títulos classificados na rubrica "Títulos mantidos até o vencimento", detalhados em nota explicativa específica.
Nos últimos três anos, a Resseguradora mudou sua estratégia e apesar do aumento da sinistralidade às margens de lucros se mantém estáveis não impactando negativamente no negócio.
Apesar da mudança de estratégia adotada pela Resseguradora nos últimos anos, é possível verificar o crescimento de nossa carteira com diversos clientes que acreditam e buscam nosso conhecimento técnico, bem como a qualidade no atendimento diferenciado das demandas solicitadas pela MAPFRE RE do Brasil. A Companhia tem como maior objetivo, atender com alta performance as demandas de nossos clientes e seguir crescendo e contribuindo com a economia brasileira, mantendo sempre uma postura prudente na subscrição e na excelência técnica dos serviços prestados, focando na inovação e desenvolvimento dos serviços de resseguros, através da utilização dos mais avançados recursos tecnológicos.
A Administração da MAPFRE RE aproveita, ainda, a oportunidade para agradecer o apoio e orientações oferecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e as demais autoridades do setor, bem como aos nossos acionistas, parceiros e clientes pela confiança depositada, aos nossos profissionais, pela dedicação, qualidade e técnica nos trabalhos prestados e a cada colaborador que esteve conosco no passado e que deixaram sua marca impressa no desenvolvimento da MAPFRE RE do Brasil.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2020
A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Notas	2019	2018
Prêmios emitidos líquidos	18c	259.177	183.999
Viações das provisões técnicas		(15.486)	3.702
Prêmios ganhos	18a	243.691	187.701
Sinistros ocorridos	18d	(236.824)	(182.118)
Custos de aquisição	18e	(6.327)	(5.622)
Outras receitas e despesas operacionais	18j	(7.239)	(7.682)
Resultado com retrocessão	18f	14.598	32.055
Despesas administrativas	18g	(9.906)	(9.430)
Despesas com tributos	18h	(9.906)	(8.242)
Resultado financeiro	18i	23.777	28.955
Receitas financeiras		56.045	57.370
Despesas financeiras		(32.268)	(28.415)
Resultado patrimonial		63	62
Resultado operacional		12.214	35.799
Perdas com ativos não correntes		(1)	(7)
Resultado antes dos impostos e participações		12.213	35.792
Imposto de renda	19	3	(5.646)
Contribuição social	19	3	(4.803)
Participações sobre o lucro		(630)	(796)
Lucro líquido do exercício		11.589	24.547
Quantidade de ações		83.494.279	83.494.279
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		0,14	0,29

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	11.589	24.547
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício líquido dos impostos	11.589	24.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Atividades operacionais		
Recebimentos de prêmios de resseguro e outros	238.579	161.913
Recuperações de sinistros e comissões	69.359	88.073
Outros recebimentos operacionais	35.517	25.302
Pagamentos de sinistros e comissões	(182.916)	(186.242)
Repasse de prêmios por cessão de riscos	(67.574)	(26.995)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(30.707)	(27.818)
Pagamentos de despesas e obrigações	(18.731)	(17.616)
Pagamentos de participações nos resultados	(578)	(836)
Caixa gerado pelas operações	42.769	15.783
Impostos e contribuições pagos	(8.030)	(13.927)
Juros pagos	(46)	(380)
Investimentos financeiros		
Aplicações	(59.800)	(145.243)
Vendas e resgates	51.100	173.307
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	25.993	29.540
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(129)	(234)
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	-	94
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(129)	(140)
Atividades de financiamento		
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(11.747)	(23.646)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(11.747)	(23.646)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	14.117	5.754
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	17.929	12.175
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	32.046	17.929

RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO COM O CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	11.589	24.547
Lucro líquido do exercício	11.589	24.547
Depreciações e amortizações	238	267
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	12.242
Perdas com ativos não correntes	1	7
Variações das contas de:		
Aplicações financeiras	(32.725)	3.454
Crédito das operações de resseguro	(16.040)	(12.965)
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(12.073)	13.620
Títulos e créditos a receber	(5.510)	(6.582)
Contas a pagar	592	(14.372)
Débito das operações de resseguro	5.464	(9.009)
Depósito de terceiros	(8.349)	14.078
Passivos de resseguro - provisões técnicas	82.806	(647)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	25.993	29.540

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

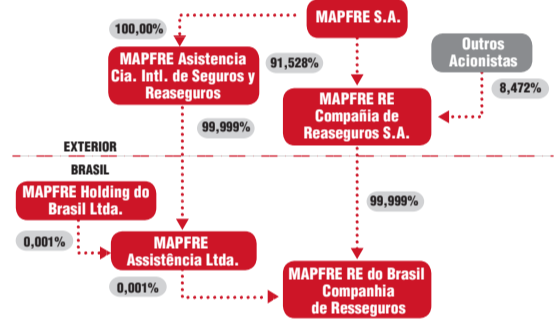
Saldo em 1º de janeiro de 2018	Capital social		Reserva de lucros		Lucros acumulados		Total
	Legal	Estatutária	Legal	Estatutária	Legal	Estatutária	
84.800	15.200	15.200	8.240	68.002	-	-	176.282
15.200	(15.200)	-	-	-	-	-	-
-	-	-	1.227	-	24.547	24.547	-
-	-	-	-	-	(1.227)	-	-
-	-	-	-	-	(11.404)	(11.404)	-
-	-	-	-	-	11.916	(11.916)	-
100.040	-	-	9.467	79.918	-	-	189.425
-	-	-	-	-	11.589	11.589	-
-	-	-	579	-	(579)	-	-
-	-	-	-	-	(737)	(11.010)	(11.747)
100.040	-	-	10.046	79.181	-	-	189.267

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (doravante designada por "Resseguradora" ou "Companhia"), com sede no Brasil, à Rua Olimpíadas, 242, São Paulo, Capital, CNPJ 01.396.770/0001-68, tem como objetivo social: (a) as atividades de resseguro e retrocessão, tal como previsto na legislação em vigor; e (b) todas as atividades necessárias ao desenvolvimento das atividades previstas no item (a) acima.
O controle acionário da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros é exercido pela MAPFRE RE, Companhia de Resseguros S.A., sociedade organizada e existente de acordo com as leis da Espanha, tendo 99,99% de participação societária nas ações ordinárias da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros.



2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e, alterações posteriores, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. A Administração da Resseguradora considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2020. b) Base da mensuração e moeda funcional: As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A moeda funcional da Resseguradora é o Real. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data do balanço. c) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e pressupostos são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: Nota 5 - Aplicações financeiras; - Nota 6 - Operações com seguradoras e resseguradoras; e - Nota 15 - Provisões técnicas. (ii) informações sobre incertezas, sobre pressupostos e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil: Nota 17 - Gerenciamento de riscos. d) Segregação entre circulante e não circulante: A Resseguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. A Resseguradora efetua a revisão dos valores inscritos no ativo e no passivo circulante, com o objetivo de transferir para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido, como por exemplo, as provisões e ativos ligados às provisões técnicas, tiveram seus valores divulgados no ativo/passivo não circulante através dos percentuais apurados pelo estudo do teste de adequação de passivo (TAP), e) Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Resseguradora, encontra-se: O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros: substitui as orientações existentes no CPC 38/IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas em atividades de resseguros não classificadas, em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento do crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48/IFRS 9 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9/ CPC 48, de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39/CPC 38 para os períodos anuais até antes de até 1º de janeiro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. A Administração concluiu que, suas atividades estão predominantemente relacionadas com resseguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2018 e 2019, essa predominância em atividades de resseguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 foram cumpridos. Diante disso, a Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar a IAS 39/CPC 48 até a data efetiva do IFRS 17. A IFRS 17 - Contratos de seguros: A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de resseguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022. Os normativos CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o numerário disponível em caixa, saldos positivos em conta movimento, investimentos financeiros resgatáveis compreendidos no prazo de 90 dias entre a data de aquisição e vencimento, com risco insignificante de alteração de seu valor justo, e que não afetem a vinculação com os ativos garantidores das provisões técnicas. b) Ativos financeiros: A Resseguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; (iv) empréstimos e recebíveis; e (v) determinação do valor justo. A classificação dentro as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Resseguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento: São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. iii. Ativos financeiros disponíveis para venda: Compreende os ativos financeiros não classificados, em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, estes são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido (liquidez dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do período. iv. Empréstimos e recebíveis: Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de resseguros, tais como os saldos de prêmios a receber de seguradoras e resseguradoras e valores a receber e direitos junto a retrocessionários, que são avaliados, periodicamente, quanto a sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do período. v. Determinação do valor justo: Os valores justos têm sido apurados com a finalidade de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as pressupostos utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na Nota nº 5. c) Contratos de resseguros: A Resseguradora emite contratos de resseguro que visam fornecer capacidade de cobertura de riscos para as Seguradoras e Resseguradoras (denominadas "cedentes"). O contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro visto que é definido como uma operação em que o emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso da ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo adversamente, nos termos do Pronunciamento Contábil CPC nº 11. d) Prêmios de resseguros e custos de aquisição diferidos: Os prêmios de resseguros, os prêmios cedidos em retrocessão e os custos de aquisição correspondentes às operações de resseguro são registrados na data da emissão dos contratos e apropriados ao resultado ao longo do período de vigência do risco. Nos casos

em que os prêmios de resseguro são determinados por referência aos seus volumes de produção indicada pela cedente (EPI), os prêmios e comissões são registrados por estimativa e ajustados no momento em que as prestações de contas com os valores efetivos são enviadas pelas cedentes. Essas estimativas são revisadas e recalculadas mensalmente. e) Imobilizado: O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora, sendo demonstrado pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data-base de cada balanço e reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Resseguradora estão divulgadas abaixo:

Grupo de ativos	Vida útil estimada (anos)	Taxa de depreciação (%)
Imóveis	50	2
Móveis e utensílios	5	20
Veículos	5	20
Equipamentos	5	20

f) Intangível: Compreende softwares cuja amortização é efetuada a taxas anuais de 20%. g) Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros: Um ativo financeiro é considerado para ser recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Ativos não financeiros: Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de resseguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. h) Teste de adequação do passivo: Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de resseguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de resseguro. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 517/2015. Para esse teste, a Resseguradora elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas correntes. Os fluxos de caixa futuros foram definidos a partir de segmentos de negócios e premissas alinhados com a sua gestão dos riscos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

6. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS E RESSEGURADORAS

a) Operações com seguradoras e resseguradoras:
a.1) Créditos das operações com seguros e resseguros: Os saldos de créditos de operações com seguradoras e resseguradoras estão assim apresentados:

	2019	2018
Operações com seguradoras		
Prêmios de resseguros aceitos estimados - EPI (a)	43.342	37.388
Prêmios de resseguros aceitos efetivos (b)	71.003	76.168
Sinistros a recuperar (c)	6	6
Total	114.345	113.562

(a) Vide nota 6b2. (b) Vide nota 6b1. (c) A Resseguradora mantém um estudo interno e avalia periodicamente se há evidência objetiva de que as recuperações de sinistros possam estar deterioradas. O estudo leva em consideração as contrapartes envolvidas, classificação de rating por histórico de adimplência, retrocessionários com valores já recebidos e ainda não baixados apresentados na rubrica depósito de terceiros e tratamento especial para os retrocessionários em negociação. No exercício findo de 31 de dezembro de 2019, o estudo não identificou necessidade de constituição de redução ao valor recuperável (RVR).

a.2) Débitos de operações com seguros e resseguros
Os saldos de débito de operações com resseguradoras estão assim apresentados:

	2019	2018
Prêmios de retrocessão cedidos estimados - EPI (a)	13.254	8.442
Prêmios de retrocessão cedidos efetivos (b)	28.140	27.759
Sinistros	5	11
Total	41.399	36.212

(a) Vide nota 6b2. (b) Vide nota 6b1.
b) Composição dos prêmios a receber e retrocedidos:
b.1) Composição dos prêmios a receber e retrocedidos efetivos:

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2019	2018	2019	2018
Patrimonial	46.997	47.899	21.535	7.176
Pessoas coletivas	12.287	4.843	-	(457)
Transportes	5.567	2.846	199	1.700
Responsabilidade civil	4.982	1.055	2.959	311
Riscos financeiros	1.799	17.672	2.162	18.011
Habitacional	1.141	38	172	-
Rural	1.104	1.282	1.169	1.073
Automóvel	666	423	-	-
Aeronáuticos	249	-	-	-
Marítimos	118	302	(132)	(55)
Petróleo	79	-	-	-
Total	74.989	76.360	28.140	27.759

b.2) Composição dos prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI):

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2019	2018	2019	2018
Patrimonial	25.214	7.114	-	-
Pessoas coletivas	19.224	17.333	7.367	4.010
Pessoas individuais	4.758	3.297	-	-
Riscos financeiros	3.486	5.326	247	595
Responsabilidade civil	3.154	3.652	2.765	3.447
Rural	2.790	358	2.790	358
Habitacional	564	97	57	-
Transportes	305	343	28	32
Marítimos	31	44	-	-
Aeronáuticos	9	-	-	-
Total	59.535	37.564	13.254	8.442

(*) Os valores demonstrados nos prêmios a receber estão contemplados nas linhas de "Operações com seguradoras" e "Operações com resseguradoras". Vide nota 6a1. (**) Os valores demonstrados nos prêmios retrocedidos estão contemplados na linha de "Débitos de operações com seguros e resseguros". Vide nota 6a2.

c) Movimentação dos prêmios a receber e retrocedidos:
c.1) Movimentação dos prêmios a receber e retrocedidos efetivos:

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2019	2018	2019	2018
Saldo no início do exercício	76.360	61.121	27.759	40.687
(Baixas)/constituições	(1.371)	15.239	381	(12.928)
Saldo no final do exercício	74.989	76.360	28.140	27.759

c.2) Movimentação dos prêmios a receber e retrocedidos estimados:

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2019	2018	2019	2018
Saldo no início do exercício	37.564	30.718	8.442	6.128
Constituições	21.971	6.846	4.812	2.314
Saldo no final do exercício	59.535	37.564	13.254	8.442

(*) Os valores demonstrados nos prêmios a receber estão contemplados nas linhas de "Operações com seguradoras" e "Operações com resseguradoras". (**) Os valores demonstrados nos prêmios retrocedidos estão contemplados na linha de "Débitos de operações com seguros e resseguros".

d) Fluxo de realização dos prêmios a receber e retrocedidos: d.1) Prazos médios de recebimento: A Resseguradora possui diversos contratos de resseguro, os quais possuem aceitos e prazos médios de pagamentos distintos. O prazo de parcelamento médio em 31 de dezembro de 2019 é de 62 dias (80 dias em 31 de dezembro de 2018).

d.2) Prazos de realização por data de vencimento dos prêmios emitidos:

	Prêmios a receber (a)		Prêmios retrocedidos (b)	
	2019	2018	2019	2018
Vincendos				
1 a 30 dias	7.891	9.349	22.812	9.773
31 a 60 dias	9.361	15.620	3.750	-
61 a 120 dias	27.164	13.393	-	-
121 a 180 dias	5.483	22.299	-	-
181 a 365 dias	10.247	5.929	-	-
Acima de 365 dias	212	549	-	16.201
Total vincendos	60.758	67.139	26.562	25.974

	Vencidos		Vencidos	
	2019	2018	2019	2018
1 a 31 dias	7.884	-	-	-
31 a 60 dias	2.165	5.006	-	-
61 a 120 dias	3.446	1.963	1.519	375
121 a 180 dias	736	1.264	-	-
181 a 365 dias	-	988	(27)	(278)
Acima de 365 dias	-	-	86	1.688
Total vencidos	14.231	9.221	1.578	1.785

(a) Vide nota 6a1. (b) Vide nota 6a2.
A Resseguradora mantém estudo interno e avalia periodicamente se há evidência objetiva de que os prêmios de resseguro a receber possam estar deteriorados. O estudo leva em consideração as contrapartes envolvidas, classificação de rating por histórico de adimplência, clientes com saldos de prêmios já recebidos e ainda não baixados apresentados na rubrica depósito de terceiros e tratamento especial para clientes em negociação. No exercício findo de 31 de dezembro de 2019, o estudo não identificou necessidade de constituição de provisão de redução ao valor recuperável (RVR).

d.3) Prazos médios de realização por data de vencimento dos prêmios estimados (EPI):

	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Vincendos				
1 a 30 dias	41.696	29.990	5.831	5.831
31 a 60 dias	15.341	1.743	-	-
61 a 120 dias	2.498	1.743	-	-
Total de prêmios a receber (EPI)	59.535	37.564	-	-

Os critérios de realização foram compostos de acordo com o prazo de envio da prestação de contas definido nos contratos de resseguro.

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Imposto de renda a compensar	6.030	5.555	-	-
Contribuição social a compensar	7.705	6.867	-	-
Antecipação do imposto de renda (a)	4.968	2.257	-	-
Antecipação da contribuição social (a)	3.062	1.562	-	-
COFINS a compensar	508	551	-	-
PIS a compensar	160	16	-	-
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	54	-	-	-
Contribuição social sobre prejuízos fiscais	54	-	-	-
Imposto de renda sobre adições temporárias	50	102	-	-
Contribuição social sobre adições temporárias	30	81	-	-
Outros impostos	382	382	-	-
Total	23.003	17.524	-	-

(a) Nestas rubricas, são registrados os pagamentos de estimativas mensais do imposto de renda e contribuição social pagos a maior.

8. ATIVO IMOBILIZADO

	2019					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo final	
Imóvel (a)	3.877	-	-	(61)	3.816	3.816
Móveis e utensílios	83	15	-	(21)	77	77
Veículos	245	-	-	(75)	170	170
Equipamentos	258	114	-	(81)	291	291
Total	4.463	129	-	(238)	4.354	4.354

	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo final	
Imóvel (a)	3.939	-	-	(62)	3.877	3.877
Móveis e utensílios	120	21	-	(58)	83	83
Veículos	427	-	(95)	(87)	245	245
Equipamentos	110	213	(6)	(59)	245	245
Total	4.596	234	(101)	(266)	4.463	4.463

(a) O valor registrado na rubrica de "Imóveis" compreende o terreno e a edificação onde está localizado o escritório de propriedade da Resseguradora.

9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações com partes relacionadas estão assim apresentadas:

	País	Descrição	2019		2018	
			Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
MAPFRE RE, Companhia de Resseguros S.A. (a)	Espanha	Prêmios cedidos em retrocessão	(23.093)	(22.779)	(38.764)	(1.852)
		Recuperação de sinistros	16.831	13.332	54.857	14.355
		Outras receitas operacionais	319	661	(1.160)	76
Grupo MAPFRE	Brasil	Operações de resseguro	15.527	29.387	(10.560)	(22.406)
		Operações de seguros	-	-	(49)	(45)
		Operações de previdência privada (a)	-	-	(137)	(120)

(a) A MAPFRE Global Risks, Cia Intl. De Seg. y Resseguros S.A. - resseguradora eventual - teve sua carteira de resseguros incorporada pela MAPFRE RE, Companhia de Resseguros S.A. - resseguradora admitida - conforme protocolo efetuado na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, no dia 25 de julho de 2019, sob número 0521715.

(b) As operações de previdência privada se referem ao plano de previdência complementar dos colaboradores da Companhia.

A Resseguradora efetuou operações de resseguro com empresas Brasileiras e Grupo MAPFRE Brasil.

Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	2019	2018
Honorários de diretoria	1.425	1.338
Encargos sobre honorários da diretoria	156	208
Participação nos lucros	282	286
A Resseguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações. Os saldos supramencionados estão registrados na rubrica "Despesas administrativas".		

10. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Os saldos de depósitos de terceiros estão assim apresentados:

	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
De 1 a 30 dias	5.330	15.540	-	-
De 31 a 60 dias	699	264	-	-
De 61 a 120 dias	1.399	1	-	-
De 121 a 180 dias	28	-	-	-
Total	7.456	15.805	-	-

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda a recolher	-	5.456	-	-
Antecipação de imposto de renda	-	(5.456)	-	-
Contribuição social a recolher	-	4.651	-	-
Antecipação de contribuição social	-	(4.651)	-	-
COFINS a recolher	640	96	-	-
PIS a recolher	104	16	-	-
Total	744	112	-	-

12. CONTAS A PAGAR

	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Obrigações a pagar				
Provisões diversas indutíveis	487	621	-	-
Provisão de participação nos lucros	829	776	-	-
Fornecedores e prestadores de serviços	129	10	-	-
Remunerações a pagar	-	3	-	-
Total	1.445	1.509	-	-

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social:
em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e totalmente integralizado está representado por R\$ 100.040 (R\$ 100.040 em 2018), dividido em 83.494.279 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

	Quantidade de ações		Valor (em R\$)	
	2019	2018	2019	2018
ACIONISTAS/QUOTISTAS				
MAPFRE RE, Companhia de Resseguros S.A.	83.494.278	100.039.583	83.494.278	100.039.583
MAPFRE Assistência S.A.	1	1	1	1
Total	83.494.279	100.039.584	83.494.279	100.039.584

b) Juros sobre o capital próprio:
Em 23 de dezembro de 2019, de acordo com a deliberação dos acionistas, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, com base nos resultados apurados no exercício de 2019 no valor de R\$ 11.747 (R\$ 11.404 em 2018). O benefício fiscal decorrente da dedutibilidade do lucro sobre o capital próprio foi de R\$ 4.699 (R\$ 5.132 em 2018). O valor da distribuição de juros sobre o capital próprio foi provisionado e pago na rubrica "Obrigações a pagar" em 23 de dezembro de 2019 de R\$ 9.985 (R\$ 9.694 em 2018).

c) Reserva legal:
A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

d) Reserva de lucros:
A reserva de lucros é constituída com a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição de reserva legal e a distribuição de dividendos e é constituída até o limite do capital social.

14. DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO (PLA) E EXIGÊNCIA DO CAPITAL (EC)

O objetivo da Resseguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de maximizar o retorno sobre o capital dos acionistas. Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015 (alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016 e Resolução CNSP nº 360/2017), as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital-base (CB) e o capital de risco (CR).

15. PROVISÕES TÉCNICAS

Detalhamento das provisões técnicas

	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Patrimonial	60.166	57.343	132.317	113.799
Responsabilidade civil	3.631	3.032	13.761	7.246

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Os ratings de risco atribuídos são avaliados e atualizados periodicamente. A Resseguradora avaliou os ativos e passivos originados de contratos de resseguro e retrocessão, conforme tabela abaixo:

Resseguradores (a)	Agência Certificadora	Rating	2019			2018		
			Ativo (b)	Passivo	Líquido	Ativo (b)	Passivo	Líquido
Local I	Standard & Poor's	A+	151	-	151	192	-	192
Local II	AM Best	A	9.387	584	8.803	5.087	20	5.067
Admitida I	Standard & Poor's	A+	-	-	-	991	227	764
Admitida II	Standard & Poor's	A+	15.657	364	15.293	26.617	482	26.135
Admitida III	Standard & Poor's	AA-	-	-	-	3.219	737	2.482
Admitida IV	Standard & Poor's	AA-	-	-	-	1.155	264	891
Admitida V	Standard & Poor's	AA-	-	-	-	1.929	378	1.551
Admitida VI	Standard & Poor's	A	104.973	19.250	85.723	128.375	5.781	122.594
Eventual I	AM Best	A	-	-	-	-	16.045	(16.045)
Eventual II	AM Best	A+	35.060	3.495	31.565	449	1.712	(1.263)
Eventual III	Moody's	Baa1	6.921	5.076	1.845	3.337	2.113	1.224
Total			172.149	28.769	143.380	171.351	27.759	143.592

(a) O rating das resseguradoras estrangeiras foi extraído do site da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), enquanto que os das resseguradoras locais foram extraídos das agências certificadoras. (b) O valor está composto pela "Provisão de sinistros a liquidar" mais a rubrica "Operações com resseguradores". A Resseguradora não considera os prêmios estimados para composição da nota, uma vez que eles não são líquidos e certos. Durante o exercício, não foram excedidos os limites de exposição ao crédito e não foi constatada evidência objetiva de deterioração em passivos de retrocessão. Não foram identificadas evidências objetivas para constituição do *impairment* de resseguro e/ou retrocessão. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de que uma entidade enfrente dificuldades em honrar suas obrigações associadas aos instrumentos financeiros. A Resseguradora dispõe das seguintes políticas e procedimentos visando mitigar sua exposição a risco de liquidez: A política da Resseguradora está baseada em manter saldos em tesouraria com valores suficientes para cobrir qualquer eventualidade derivada de suas obrigações com cedentes, retrocessionários, fornecedores e prestadores de serviço. A política de investimentos a respeito das operações de resseguros consiste no casamento dos vencimentos das aplicações com as obrigações contraiadas pelos contratos de resseguros. Com objetivo de minimizar a exposição a este risco, adicionalmente, a maioria das aplicações de renda fixa são títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional com elevada qualificação de liquidez.

	2019				2018			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Caixa e equivalente de caixa	32.046	-	-	32.046	17.929	-	-	17.929
Aplicações (*)	137.062	268.875	19.387	425.324	72.169	81.576	238.854	392.599
Créditos das operações com seguros e resseguros	155.550	-	-	155.550	139.510	-	-	139.510
Ativos de resseguros	58.762	154.820	76.695	290.277	51.559	144.093	82.552	278.204
Títulos e créditos a receber	23.146	-	-	23.146	17.636	-	-	17.636
Despesas antecipadas	9	-	-	9	9	-	-	9
Total ativo	406.575	423.695	96.082	926.352	298.812	225.669	321.406	845.887
Passivo								
Contas a pagar	3.049	-	-	3.049	2.457	-	-	2.457
Débitos das operações com seguros e resseguros	45.023	-	-	45.023	39.559	-	-	39.559
Depósito de terceiros	7.456	-	-	7.456	15.805	-	-	15.805
Provisões técnicas - resseguradoras	229.996	316.845	139.070	685.911	198.758	274.830	129.517	603.105
Total passivo	285.524	316.845	139.070	741.439	256.579	274.830	129.517	660.926

(*) Existem saldos registrados nos fundos de investimentos classificados como "Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado", com vencimentos superiores a 1 ano, que podem ser negociados, se necessário for, antes mesmo de seu vencimento. **Risco de mercado** consiste no risco de flutuações no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros devido a variações nos preços de mercado. O risco de mercado compreende três modalidades de risco: taxa de câmbio (risco de moeda), taxa de juros de mercado (risco de taxa de juros) e preços de mercado (risco de preço). A política da Resseguradora para risco de mercado estabelece a realização periódica de análise de sensibilidade do valor da carteira de aplicações ao risco de mercado através do Comitê de Investimentos. (a) **Risco de taxa de câmbio:** risco de moeda é o risco de flutuações no valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a mudanças em taxas de câmbio. As transações da Resseguradora são realizadas em reais. Para o risco de moeda, a Resseguradora mantém avaliação sobre o risco de descasamento de saldos ativos e passivos em moeda estrangeira. O controle desse risco é exercido mediante monitoramento das posições ativas e passivas (diferença entre ativos e passivos de operações em moeda estrangeira), com o propósito de identificar o grau de exposição e descasamento. Em 31 de dezembro de 2019, a Resseguradora possui uma exposição líquida ativa em moeda estrangeira na ordem de R\$ 7.433 (R\$ 6.955 em 2018). (b) **Risco de taxa de juros de mercado:** o risco de taxa de juros consiste no risco de flutuações no valor ou nos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a variações nas taxas de juros de mercado. Os instrumentos de renda fixa expõem a Resseguradora a risco de juros a valor justo. **Sensibilidade a taxas de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros; e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da sua relevância nas posições ativas e passivas da Resseguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premisa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Os ativos financeiros classificados na categoria "Ativos financeiros mantidos até o vencimento", são ativos que não serão resgatados antes do seu vencimento, uma vez que a Companhia possui plena capacidade financeira de mantê-los até o seu final. Ainda sim, os títulos classificados nessa categoria não foram excluídos da base para a análise de sensibilidade. Do total de R\$ 425.324 (R\$ 392.599 em 2018) de ativos financeiros, incluindo as operações comprometidas no valor de R\$ 86.639 (R\$ 72.197 em 2018), R\$ 29.642 (R\$ 28.781 em 2018) são ativos classificados como "ativos financeiros mantidos até o vencimento", e o restante de R\$ 395.682 (R\$ 363.818 em 2018), são ativos classificados como "ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado".

Impacto no patrimônio líquido/resultado

Fator de risco	NTN-B		NTN-F		LFT		Operações compromissadas	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Elevação da taxa de juros	180	174	116	114	3.091	2.916	866	722
Redução da taxa de juros	(180)	(174)	(116)	(114)	(3.091)	(2.916)	(866)	(722)

Parâmetros:
a) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018. b) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de cupons vigentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018.
Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, e de fatores externos exceto riscos de crédito, mercado e liquidez (como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial). A Resseguradora em consonância com sua matriz MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de controle interno para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas.

18. DETALHAMENTOS DAS CONTAS DE RESULTADO

a) Os principais ramos de atuação e seus índices de sinistralidade e custo de aquisição são:

	Prêmio ganho		Sinistralidade (%)		Custo de aquisição (%)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Patrimonial	135.824	119.637	82	131	4	4
Pessoas coletivo	33.024	10.006	129	173	3	5
Pessoas financeiros	27.321	23.460	40	(41)	1	1
Pessoas individual	18.779	12.208	187	179	2	2
Responsabilidade civil	10.067	4.163	235	130	2	2
Transportes	7.385	7.165	108	(35)	11	6
Habitacional	4.447	7.627	(39)	(68)	-	-
Rural	3.824	1.607	43	119	3	9
Automóvel	1.643	1.353	161	22	9	8
Marítimos	949	475	161	5	6	10
Aeronáuticos	353	-	250	(2.546.064)	1	-
Petróleo	75	-	34	-	-	-
Total	243.691	187.701	97	97	3	3

b) Os principais ramos de atuação e seus índices de sinistralidade e custo de aquisição líquido das operações de retrocessão estão apresentados na tabela abaixo:

	Prêmio ganho líquido de retrocessão (*)		Sinistralidade (%)		Custo de aquisição (%)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Patrimonial	94.316	94.348	76	88	5	5
Pessoas coletivo	32.641	9.740	131	174	3	5
Pessoas individual	18.781	12.203	27	134	-	-
Riscos financeiros	10.094	9.634	154	(33)	1	1
Transportes	5.778	7.131	106	(47)	14	6
Habitacional	4.280	7.605	(44)	(69)	-	-
Responsabilidade civil	2.615	1.374	362	275	9	7
Automóvel	1.643	1.353	159	19	9	9
Marítimos	816	469	187	14	7	10
Aeronáuticos	353	-	154	(449.284)	1	-
Rural	133	166	393	(223)	100	77
Total	171.450	144.023	90	75	4	4

(*) O valor está representado na linha de prêmio ganho e no resultado de retrocessão.

	2019	2018
c) Prêmios emitidos líquidos	237.207	177.153
Prêmios emitidos	21.970	6.846
Prêmios estimados - EPI	259.177	183.999

d) Sinistros ocorridos

	2019	2018
Despesas com sinistros	(193.607)	(175.361)
Ajustes de PSL - IBNER (*)	-	190.708
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNER	(43.217)	(197.465)
Total	(236.824)	(182.118)

(*) A Resseguradora calculava a variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNER com base nos percentuais dispostos na Circular SUSEP n. 448, de 4 de setembro de 2012, o que gerava a necessidade de uma provisão adicional que era realizada através da rubrica de ajustes de PSL - IBNER. Em janeiro de 2018, a Resseguradora passa a calcular a IBNR com base em índices próprios e em função da nova triangulação não há a necessidade de realização de provisões complementares de sinistros.

e) Custos de aquisição

	2019	2018
Despesas com corretagem de resseguros	(7.337)	(5.622)
f) Resultado com retrocessões		
Prêmios de retrocessão líquidos	(59.786)	(28.143)
Prêmios de retrocessão estimados - EPI	(4.812)	(2.314)
Variação das despesas de retrocessão	(7.643)	(13.221)
Recuperação de sinistros	64.975	97.775
Ajustes de PSL - IBNER (*)	-	98.575
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNER	18.144	75.456
Receitas com participações nos lucros	1.805	146
Outras receitas / (despesas) operacionais	1.915	927
Total	14.598	32.055

(*) A Resseguradora calculava a variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNER com base nos percentuais dispostos na Circular SUSEP n. 448, de 4 de setembro de 2012, o que gerava a

necessidade de uma provisão adicional que era realizada através da rubrica de ajustes de PSL - IBNER. Em janeiro de 2018, a Resseguradora passa a calcular a IBNR com base em índices próprios e em função da nova triangulação não há a necessidade de realização de provisões complementares de sinistros.

g) Despesas administrativas:

	2019	2018
Com pessoal próprio e encargos sociais	(7.742)	(6.753)
Com serviços de terceiros	(989)	(1.094)
Com localização e funcionamento	(764)	(708)
Com depreciação/amortização	(238)	(266)
Com publicações	(130)	(145)
Com publicidade e propaganda	(6)	(33)
Com donativos e contribuições	-	(373)
Outras despesas administrativas	(37)	(58)
Total	(9.906)	(9.430)

h) Despesas com tributos:

	2019	2018
COFINS	(7.300)	(6.022)
PIS	(1.227)	(1.007)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(1.038)	(1.038)
Impostos municipais	(43)	(37)
Impostos estaduais	(10)	(15)
Contribuição sindical	(1)	(1)
Outros	-	(2)
Total	(9.619)	(8.122)

i) Resultado financeiro:

	2019	2018
Receitas		
Receitas com títulos de renda fixa	24.025	24.610
Receitas com oscilação cambial	31.934	31.044
Outros	86	1.716
56.045	57.370	

Despesas Despesas com oscilação cambial (31.368) (27.896)
Juros SELIC sobre tributos (854) (148)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) (46) (371)

Total **(32.268)** **(28.415)**

j) Outras receitas e despesas:

	2019	2018
Outras despesas com operações de resseguro (*)	(6.229)	(7.682)
(*) Trata-se de despesas incidentes nos pagamentos de lucros atribuídos sobre o resultado dos contratos de resseguro.		
Total	23.777	28.955

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as apurações de imposto de renda e contribuição social estão assim representadas:

Descrição	Imposto de renda		Contribuição social	
	2019	2018	2019	2018
Resultado antes dos impostos e participações	12.213	35.792	12.213	35.792
Juros sobre o capital próprio	(11.747)	(11.404)	(11.747)	(11.404)
Participações	(630)	(796)	(630)	(796)
Resultado ajustado	(164)	23.592	(164)	23.592
Adições (exclusões) temporárias:				
Provisão para participação nos lucros	53	(40)	53	(40)
Outras provisões	(134)	(594)	(134)	(594)
Ajustes RTT	(124)	(124)	(124)	(124)
Adições (exclusões) permanentes:				
Brindes	6	33	6	33
Donativos e contribuições	-	280	-	280
Outras	-	110	-	110
Lucro/(prejuízo) fiscal do exercício	(363)	23.257	(363)	23.257
Total de imposto de renda e contribuição social	54	(5.790)	54	(4.651)
Tributos sobre adições temporárias	(51)	(190)	(31)	(152)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(20)	-
Incentivos fiscais				
Programa de alimentação do trabalhador (PAT)	-	55	-	-
Incentivo a cultura e esporte	-	174	-	-
Fundo do direito da criança e do adolescente	-	35	-	-
Fundo do idoso	-	35	-	-
PRONON	-	35	-	-
Total dos impostos	3	(5.646)	3	(4.803)
Taxa efetiva	0,83%	24,28%	0,83%	20,65%

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Resseguradora proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$ 137 (R\$ 120 em 2018). b) Em 31 de dezembro de 2019, a Resseguradora não possui processos em demanda judicial que impactam em perdas patrimoniais e financeiras.